

Em Busca do Paraíso Perdido

AS UTOPIAS MEDIEVAIS

HILÁRIO FRANCO JÚNIOR


Ateliê Editorial


M N Ē M A

Sumário

Prefácio	9
Siglas e Abreviações	13

Parte I. A QUESTÃO CONCEITUAL

Capítulo 1. O Exílio Terreno, Condição da Utopia	19
Capítulo 2. A Palavra e a Coisa: A Perspectiva Realista	41
Capítulo 3. A Palavra e a Coisa: A Perspectiva Nominalista	63
Capítulo 4. A Semântica Conceitual	85
Capítulo 5. A Sintaxe Conceitual	107
Capítulo 6. O Espaço Ausente	129
Capítulo 7. O Tempo Suspenso	151

Parte II. AS COMUNIDADES UTÓPICAS MEDIEVAIS

Capítulo 8. Os Traços Utópicos: Pureza e Ordem	175
Capítulo 9. Os Traços Utópicos: Justiça e Paz	199
Capítulo 10. Os Traços Utópicos: Fraternidade e Igualdade	223
Capítulo 11. Os Traços Utópicos: Liberdades e Prosperidade	247
Capítulo 12. O Espírito Utópico: O Mundo de Ponta-Cabeça	271
Capítulo 13. O Espírito Utópico: Utopia e Heresia	295
Capítulo 14. Um Ensaio de Tipologia	319

PARTE III. A MATRIZ EDÊNICA

Capítulo 15. Local de Beleza e Fartura	343
Capítulo 16. Local de Saúde e Imortalidade	365
Capítulo 17. Local de Harmonia e Justiça	387

Capítulo 18. Local de Unidade e Androginia	409
Capítulo 19. Local Oculto e Inacessível	431
Capítulo 20. <i>Via Peregrinationis</i>	453
Capítulo 21. Memória do Paraíso	475
 Conclusão	 497
 Lista de Imagens e Créditos Fotográficos	 503
Índices	505
Utopias	505
Temático	506
Autores da Antiguidade Pagã	507
Autores da Antiguidade Cristã	507
Autores Medievais (Até Fins do Século xv)	508
Autores da Idade Média Tardia (Séculos xvi-xvii)	511
Artistas Medievais (Até Fins do Século xvii)	512
Obras Anônimas	512
Manuscritos	514
Livros Bíblicos	515
Personagens (Históricos e Imaginários)	516
Lugares (Geográficos e Imaginários)	520

Prefácio

*Há utopia
Num pedaço de grama
E sem isso
Ele não cresceria.
Há utopia
No azul do céu
E mesmo
Num céu cinzento.
Tu sem utopia
Não escreverias,
Pois escrevendo
O que procuras
É conhecer melhor
Aonde te leva tua utopia.
GUILLEVIC'*

Voltado para o passado que estuda, o historiador constantemente corre o risco de olhá-lo como algo morto e ver assim no seu trabalho uma dissecação por meio da qual se examina minuciosamente cada pedaço daquele cadáver. É claro que toda dissecação ensina muitas coisas sobre a vida do corpo examinado, mas seu objeto central é fornecer informações sobre a morte dele. O historiador, ao contrário, deve nele procurar traços de vida, deve imaginá-lo no momento em que foi produzido, em que se consolidou e se autorreproduziu, isto é, deve buscar reconstituir aquele corpo social em funcionamento. Precisa, portanto, ter sempre em mente que as “fontes primárias” que analisa foram criadas por seres vivos para, quase sempre, seres vivos contemporâneos a eles ou apenas um pouco posteriores. Aquilo que o olhar profissional do historiador vê como passado, era presente, e devemos tentar entendê-lo enquanto tal. E como todo presente, ele imaginava para si um passado e um futuro.

Ora, se há muito os historiadores estão conscientes de que devem tentar compreender o presente do passado que estudam, se já há algum tempo demonstram interesse pelo

passado daquele passado, poucos ainda são motivados pelo estudo do futuro daquele passado. Talvez por verem de forma inconsciente naquele futuro simplesmente as etapas seguintes às quais temos acesso pelo nosso conhecimento histórico atual. Mas cada presente não possui apenas um futuro possível, como reconhecia, aliás, o latim medieval com seu uso frequente da palavra no plural, *futura*. O futuro que se concretiza esconde outras expectativas, outros projetos, outras tentativas. E todas essas facetas abortadas são essenciais para se compreender o período examinado².

A motivação em estudar as utopias medievais decorre, justamente, do desejo de perceber como a crítica ao presente histórico gerou fantasias ou colocadas no próprio presente, mas em outro espaço, ou colocadas no próprio espaço, porém em outro tempo. Quais foram tais devaneios, tais ideais, tais projetos? Qual sua função? Há mais de um século, Émile Durkheim observou que toda sociedade nasce e se refaz periodicamente a partir de um modelo considerado perfeito, por isso “a sociedade ideal não está fora da sociedade real, faz parte dela”, toda sociedade é constituída, antes de tudo, “pela ideia que faz de si mesma”³. A verificação dessa hipótese pouco foi, contudo, feita em relação à Europa medieval, mesmo se no último meio século a historiografia especializada tem buscado prismas inovadores na tentativa de uma reconstrução tão detalhada e refinada daquela região naquela época quanto possível nos limites da documentação e dos métodos de trabalho próprios às ciências humanas. Se amplos e tradicionais temas – política, economia, sociedade, literatura, artes plásticas, religião – não foram, e não devem ser, abandonados, passaram a merecer olhar diferente. Bernard Guenée, por exemplo, percebeu em 1980 que “a vida e a solidez dos Estados depende menos de suas instituições que das ideias, dos sentimentos e das crenças dos governados”⁴. Passadas, porém, quase quatro décadas desde aquela arguta observação, ainda não se incluiu no medievalismo o estudo sistemático das utopias.

Em parte isso se deve a uma recusa mais ou menos generalizada, como veremos, a falar em “utopia” para uma época anterior à criação da palavra. Em parte a resistência é mais ampla, é de ordem filosófica, decorre de um entendimento negativo de qualquer utopia. Embora Nietzsche tenha afirmado que as ilusões, as ficções e os simulacros são necessários à vida, o pensamento ocidental posterior preferiu reter sua lição de que nenhum conceito iguala a existência. E esta foi sendo crescentemente interpretada e vivida como individualismo consumista e hedonista. Do utilitarismo coletivista de fins do século XVIII, quando Jeremy Bentham pregava “o máximo de felicidade para o máximo de pessoas”⁵, passou-se para o utilitarismo individualista da economia globalizada a partir das últimas décadas do século XX. A felicidade tornou-se um bem pessoal a ser obtido aqui e agora.

Com o mundo secularizado e a felicidade sacralizada, o *homo felix* resultou em obsessão geral. A ciência passou a realizar inúmeros estudos interdisciplinares para

provar que a felicidade ... faz bem à saúde. Mais ainda, que a felicidade é uma questão biológica: ela teria forte componente genético (o comprimento do gene 5HTT, ligado ao transporte do neuromediador serotonina, cujo déficit provoca depressão). Tentando escapar dessa pretensa tirania genética, certas correntes enfatizam comportamentos compensatórios, produtores de substâncias naturais euforizantes (caso de esportes, meditação, sexo e atividades criativas) que provocam a ativação de diferentes circuitos cerebrais que dão sensação de felicidade. A chamada psicologia positiva, por exemplo, surgida nos Estados Unidos na passagem do século xx ao XXI, não tem por objetivo tratar de pessoas que vão mal, e sim melhorar o bem-estar das que vão bem. Como afirma um projeto dessa área desenvolvido na Universidade de Harvard, deve-se “conhecer as causas da felicidade a fim de ampliá-la”⁶. No mesmo espírito, pretendeu-se nos últimos anos contabilizar o sentimento de felicidade, e vários índices foram criados para tanto. Da busca da satisfação dos desejos naturais e necessários, defendida no século III a.C. por Epicuro, passou-se à criação de desejos artificiais e fúteis, cuja não realização gera angústia, sofrimento e revolta.

Assim, enraizou-se tanto no senso comum como entre certas correntes intelectuais o entendimento de que os sonhos coletivos são digressões vãs, quimeras infantis, miragens perigosas. Acusou-se as utopias de, em nome da busca de uma situação reputada perfeita para a sociedade, terem servido ao longo da história a muitos totalitarismos. Como figura disso foi lembrado o caso de Platão concebendo um minucioso sistema na *República* e a fracassada tentativa de implantá-lo na Sicília do tirano Dioniso, o Jovem. Foram bastante evocadas as extremas violências que, justificadas pela implantação da utopia proletário-camponesa, sacudiram a União Soviética de Josef Stalin, a China de Mao Tsé-Tung, o Cambodja do Khmer Vermelho. A crítica inegavelmente procede, mas restringir-se a ela seria simplificar um objeto complexo cuja maior contradição é exatamente o caráter utópico de toda utopia: na sua corporificação histórica ela, de fato, com frequência revelou-se tirânica, contudo na alma constitui-se, talvez, um dos maiores exercícios possíveis de liberdade humana. Porque essa ambiguidade é a do próprio ser humano, se do Paraíso divino dos sumérios até ao Paraíso terreno da sociedade sem classes do marxismo houve inegável dessacralização da ideia utópica, no seu sentido profundo ela permanece a mesma. Utopia é negação de um presente medíocre e sufocante, daí ser uma constante histórica, presente em todas as épocas, inclusive a medieval.

* * *

Há um quarto de século, como parte da coleção *A Caminho das Utopias*, que em 1992, sob o estímulo de Caio Graco Prado, criamos e coordenamos para a editora Brasiliense, publicamos um volume sobre as utopias medievais. Em função dos critérios editoriais daquela coleção, tratou-se de livro de pequena extensão e com aparato crítico reduzido e